UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO HISTÓRIA – BACHARELADO

ISAAC FREITAS DA SILVA FILHO

“INVASÃO DE MARIPOSAS E PEDERASTAS”: SOCIABILIDADES DISSIDENTES E SUBVERSIVAS EM MACEIÓ (AL) NA DITADURA CIVIL-MILITAR

Maceió (AL)
2024

ISAAC FREITAS DA SILVA FILHO

“INVASÃO DE MARIPOSAS E PEDERASTAS”: SOCIABILIDADES DISSIDENTES E SUBVERSIVAS EM MACEIÓ (AL) NA DITADURA CIVIL-MILITAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharelado em História.

Orientador: Prof. Dr. Elias Ferreira Veras.

Maceió (AL)

2024

Universidade Federal de Alagoas
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte - ICHCA
Curso de História - Bacharelado

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o Curso de História da UFAL aprovou em sua Resolução que regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso, de 03 de maio de 2018, em seu Artigo 10, parágrafo 4, a possibilidade de aceitação de *"[...] capítulos de livros publicados e forma individual, desde que sejam resultados de pesquisa original e inédita, com ISBN [...]"*. Nesse sentido, o capítulo intitulado "Invasão de mariposas e pederastas": sociabilidades dissidentes e subversivas em Maceió (AL) na ditadura civil-militar, de autoria de Isaac Freitas da Silva Filho, matrícula 20113314 (História/Bacharelado) publicado em Coletânea pela Edufal, com ISBN, está de acordo com nossa Resolução de TCC em vigor. Informo, ainda, que o/a referido/a estudante foi aprovado e cumpriu todas as etapas do curso.

É o que me cumpre declarar.

Maceió, 01 de outubro de 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDERSON DA SILVA ALMEIDA
Data: 01/10/2024 07:45:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Anderson da Silva Almeida
Siape: 1295765
Coordenador do Bacharelado em História

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que ISAAC FREITAS DA SILVA FILHO é AUTOR do capítulo: **Invasão de mariposas e pederastas: sociabilidades dissidentes e subversivas em Maceió (AL) na ditadura civil-militar.** Esse capítulo faz parte da obra intitulada *(In)desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (Século XX)*, de Elias Ferreira Veras e Roberta dos Santos Sodó (Org.), faz parte do acervo da Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal) e pode ser depositado no Repositório Institucional da Ufal (RIUfal).

Maceió, 19 de novembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br
FERNANDA LINS DE LIMA
Data: 22/11/2024 14:57:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Fernanda Lins de Lima
Coordenadora Editorial da Edufal

Av. Lourival Melo Mota, s/n, Campus A. C. Simões - Prédio da Reitoria
Tabuleiro dos Martins - Maceió-AL | CEP 57.072-900
CNPJ: 12.449.880/0001-67
Contatos: (82) 3214-1111 | 1113
contato@edufal.com.br | www.edufal.com.br

Elias Ferreira Veras
Roberta dos Santos Sodó
(Org.)

[IN] DESEJÁVEIS

LGBTQIA+ E FEMINISMO NA IMPRENSA DE ALAGOAS (SÉCULO XX)

Edufal

Catalogação na fonte
Editora da Universidade Federal de Alagoas - Edufal
Núcleo de Conteúdo Editorial
Bibliotecário Responsável: Roselito de Oliveira Santos – CRB-4 – 1633

I38 (In)Desejáveis : LGBTQIA+ e Feminismo na imprensa de Alagoas (séculoXX) / Elias Ferreira Veras, Roberta dos Santos Sodó (Org.). — Maceió : Edufal, 2024.
513 p. : 22 cm

Inclui bibliografia.
ISBN- 978-65-5624-273-6 E-book

1. LGBTQPIA+. 2. Imprensa em Alagoas. 3. Feminismo I. Título.

CDU: 94(813.5)

Direitos desta edição reservados à Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas

Av. Lourival Melo Mota, s/n
Campus A. C. Simões
Centro de Interesse Comunitário - CIC
Cidade Universitária, Maceió/AL
CEP: 57072-970
Contatos: www.edufal.com.br
contato@edufal.com.br
(82) 3214-1111/1113

Editora afiliada

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

"Invasão de mariposas e pederastas": sociabilidades dissidentes e subversivas em Maceió (AL) na ditadura civil-militar

Isaac Freitas da Silva Filho

A todos os sujeitos dissidentes que tiveram suas memórias apagadas e suas vozes silenciadas. Suas histórias estão sendo contadas.

Aos meus amigos que acompanharam o processo de construção deste texto e me deram grande apoio. Agradeço imensamente a vocês.

Introdução

Por muito tempo, a historiografia relegou os corpos considerados sexualmente dissidentes e subversivos ao limbo da História, prendendo-os às amarras de um longo e violento silenciamento. Elias Ferreira Veras e Joana Maria Pedro (2014) nomearam essa exclusão de "os silêncios de Clio", em referência à musa grega da História. Felizmente, esse silêncio vem sendo superado

nas últimas décadas, e esses sujeitos, outrora marginalizados/as, conquistam espaços de visibilidade e protagonismo nas recentes produções historiográficas.

Desse modo, não é de se espantar que outros olhares para o passado, a exemplo dos debates sobre a ditadura civil-militar no Brasil, passem por uma releitura. Desde o fim da década de 1990, observa-se uma maior produção acerca da participação das mulheres e das pessoas que hoje são chamadas LGBTQIAPN+ na história. Sendo assim, como categorias de análise, o gênero e a sexualidade tiveram uso crescente nas produções historiográficas, especialmente no tocante às pesquisas acerca da ditadura civil-militar (Elias Veras; Joana Maria Pedro; Benito Schmidt, 2023; Cristina Wolff; Jair Zandoná; Soraia Carolina de Mello, 2019; Natanael de Freitas Silva, 2023). Esse movimento propiciou entendê-la também como um regime sexual autoritário. Nesse viés, essa proposição refuta uma antiga ideia difundida de que a ditadura, como aponta Natanael de Freitas Silva (2023, p. 342), teria sido permissiva com as experiências sexualmente dissidentes.

Tendo isso em vista, é importante pontuar que, em um período como a ditadura civil-militar brasileira, marcado historicamente pelas mais diversas formas de repressão, os espaços de sociabilidade se constituíram como um elemento importante para que os sujeitos LGBTQIAPN+, assim como outros sujeitos considerados sexualmente desviantes e subversivos, pudessem existir e resistir à censura imposta sobre seus corpos durante os chamados "anos de chumbo".

Desse modo, como aponta Elias Ferreira Veras (2021, p. 174) ao analisar o contexto alagoano, lugares como bares, cinemas, motéis e teatros em Maceió foram frequentados por pessoas LGBTQIAPN+ durante a década de 1980. Ainda que esses lugares não tenham chegado a constituir, na capital alagoana de 1970/1980, o que Edward MacRae (2018, p. 122) chamou de "gue-

to gay", a comunidade de dissidentes de sexo/gênero acabou por se apropriar desses locais. Ou seja, ainda que fossem reconhecidos como lugares cis-heterossexuais, eles também foram vistos como ambientes propícios para o encontro de grupos considerados desviantes, possibilitando a existência de uma dinâmica de sociabilidade para corpos dissidentes na capital (Veras, 2021, p. 174).

É perceptível que, além de uma sociabilidade mais "discreta", vivida e experienciada em locais fechados de Maceió, como é o caso dos bares e cinemas, outros espaços também foram utilizados como pontos de encontro para pessoas de gênero e sexualidade dissidentes, especialmente as ruas e praças da cidade. Esses espaços foram considerados, por muito tempo, como lugares de "gente desclassificada", em decorrência da circulação dos chamados "pederastas" – termo utilizado pela imprensa de Alagoas nas décadas de 1960-1980 para estigmatizar homossexuais e travestis – e das chamadas "mariposas", isto é, mulheres cisgênero que praticavam e/ou estavam associadas à prostituição. Este capítulo busca identificar esses lugares e as sociabilidades associadas a eles, tendo como fonte principal a imprensa alagoana, em especial o *Jornal de Alagoas* dos anos de 1970.

Desse modo, a partir de uma análise historiográfica do discurso produzido – e reproduzido – pelo *Jornal de Alagoas*, busco compreender, em diálogo com Judith Butler (2018), o cenário de compartilhamento de espaços públicos entre prostitutas, homossexuais e travestis, problematizando como as situações de precariedade induzidas politicamente sobre essas pessoas pela ditadura civil-militar acabaram por produzir alianças e possíveis acordos de coexistência entre elas durante esse período, na capital alagoana. As alianças estabelecidas foram expressas a partir do compartilhamento dos espaços públicos frequentados por aquele público. Dessa forma, diante da repressão sexual do regime, esse cenário possibilitou a (re)existência dos corpos se-

xualmente subversivos através de suas afetividades e experiências sexuais.

Quais foram os locais de encontro compartilhados por "pederastas" e "mariposas" presentes nas páginas dos jornais? Quais padrões foram criados pelo discurso da imprensa alagoana da época? Além de desumanizar esses corpos em diversos aspectos, os jornais reforçavam um ideal de limpeza social propagado pelas autoridades policiais da ditadura, assim como acontecia em outros lugares do Brasil, como foi o caso de São Paulo (Rafael Ocanha, 2014). Esse discurso buscava, acima de tudo, legitimar as operações de limpeza contra prostitutas, homossexuais e travestis na capital alagoana. O principal objetivo da imprensa era impedir que os espaços públicos, como ruas e praças, fossem ocupados por esses sujeitos, impossibilitando-os de exercitar o que Judith Butler (2018) chama de "direito de aparecer".

Se, conforme Butler, o direito de aparecer seria expresso a partir das manifestações sociais – as quais ela denomina como "assembleias" – com o objetivo de fazer com que corpos sejam reconhecidos como uma força política plural, é possível afirmar que os corpos dissidentes, ao serem trazidos à existência, já são colocados como transgressores da cisheteronormatividade e, portanto, são automaticamente reivindicadores desse direito de aparecer, uma vez que são corpos políticos em (re)existência. Assim, o fato de homossexuais, travestis e mulheres que praticavam a prostituição ocuparem praças com o objetivo de exercitarem suas formas de sociabilidade publicamente, diante das ações de repressão da ditadura civil-militar, pode ser visto como um exercício do "direito de aparecer" a partir da reivindicação do direito de existir plenamente.

Este capítulo busca mapear os espaços públicos frequentados/ocupados e compartilhados por sujeitos vistos como sexualmente desviantes, ao mesmo tempo em que também procura problematizar o discurso desumanizante produzido pela

imprensa alagoana sobre esses corpos, tendo em vista que ela atuou como um "dispositivo de controle e de produção de estigmas sobre espaços e sujeitos ditos desviantes" (Crislanne Maria dos Santos, 2023, p. 17). Ainda que as realidades de violência das pessoas sexualmente dissidentes tenham sido diferentes da violência direcionada à resistência armada durante a ditadura civil-militar, isso não quer dizer que não tivesse havido repressão contra esses corpos (Renan Quinalha, 2021), principalmente nos espaços públicos, como pode ser observado em Maceió.

Uma "enxurrada de homossexuais" pelos espaços públicos da cidade

A priori, é importante salientar que, ainda que a imprensa brasileira dos anos de 1970 tenha sido marcada, em certa medida, por uma visibilidade das experiências divergentes da cisheteronorma, uma vez que um grande número de jornais e revistas, naquele período, produziu uma série de matérias que atestavam que o sujeito *gay* havia se tornado um assunto público de grande relevância, é inegável que, conforme aponta Natanael Silva (2023, p. 353), a existência de homossexuais e travestis ainda fosse tratada pela imprensa em um tom "depreciativo e subalternizante". Logo, não é de se estranhar que o mesmo tenha acontecido com a imprensa alagoana.

Dessa maneira, em uma notícia publicada em 19 de julho de 1970 pelo *Jornal de Alagoas*, intitulada "Outra rua com 3 infernhos", a imprensa afirmava que Maceió estava imersa em um cenário marcado por uma "invasão de mariposas e pederastas", com suas praças e ruas sendo completamente ocupadas por esses sujeitos considerados sexualmente subversivos. Sendo assim, em um tom de revolta e de incentivo à repressão contra esses corpos pelas autoridades, o *Jornal de Alagoas* se posicionou com as seguintes palavras:

> É preciso então que a polícia, pelo menos, a destacada no Terceiro Distrito, tome uma providência para sanar o mal, pois a situação não pode mais continuar do jeito que se apresenta. Quando não são as mariposas, as praças públicas são invadidas por grupos de pederastas que ficam até altas horas da madrugada perturbando o sossego daqueles que àquela hora procuram descansar de mais um dia de trabalho. Mas as providências já foram anunciadas pelo Bel. Jamerson Rodrigues. Só falta, agora, as famílias se contentarem em esperar que as medidas punitivas surjam para acabar com a invasão de mariposas e pederastas (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 19 jul. 1970, p. 5).

A imprensa alagoana, que atuava como um dispositivo de controle sobre os corpos dissidentes (Santos, 2023), juntamente à gestão da cidade e às autoridades policiais da ditadura civil-militar em Maceió, construía discursivamente o cenário de que as praças e ruas da capital sofriam de um suposto "mal a ser sanado": a presença de sujeitos denominados como "pederastas" e de pessoas acusadas de praticarem a prostituição. Essas últimas, chamadas de mariposas, mantinham uma vida noturna e circulavam livremente pelos espaços públicos da cidade altas horas da madrugada. Segundo Renan Quinalha (2021), durante a ditadura, a mais visível das violências contra homossexuais, travestis e prostitutas foi a repressão policial nas ruas, uma vez que, com ela, veio também o monitoramento dos espaços de sociabilidade, as batidas e, consequentemente, as prisões, muitas vezes realizadas contrárias à lei. Ainda que o exercício das sexualidades divergentes da cisheteronorma não fosse considerado crime legalmente no Brasil, a perseguição policial a homossexuais e travestis foi algo bastante comum durante a ditadura civil-militar (MacRae, 2018, p. 165).

Não obstante, vale ressaltar que, durante os anos de ditadura no Brasil, ainda não havia uma separação objetiva entre o que seria orientação sexual e o que seria identidade de gênero (Silva, 2023, p. 356). Tal realidade se torna ainda mais visível ao ter em mente que, segundo Helena Vieira (2023, p. 170), o pensamento coletivo daquele período, incluindo os jornais, partilhava de uma concepção de que a travesti seria, na verdade, um homem que se "passava" por mulher, ou ainda que "fingia ser mulher". De modo semelhante, Elias Veras (2017, p. 55), ao entrevistar algumas travestis em sua obra *Travestis*: carne, tinta e papel, demonstra como esse discurso foi denunciado nos relatos das próprias travestis entrevistadas, que afirmavam que, naqueles tempos, eram caracterizadas na/pela imprensa como um "veado de vestir roupa de mulher".

Tendo isso em vista, é necessário historicizar os termos "pederastas" e "homossexuais", dos quais a imprensa alagoana se utilizou, nos anos de 1970, assim como a ausência do termo travesti nos jornais nesse período. Ao longo da historiografia, o termo "homossexual" serviu como uma lente que certamente obscureceu a diversidade de identidades que hoje integram a comunidade LGBTQIAPN+, fazendo com que, nesse cenário, outras identidades – como é o caso da travestilidade e das transfeminilidades – acabassem sendo submersas nessa terminologia hegemônica. Mesmo quando os historiadores recorreram à categoria "homossexualidades" como uma categoria analítica, tal abordagem não atendeu à diversidade de experiências sexuais e de gênero dissidentes. Logo, ao analisar as fontes, sobretudo as anteriores à década de 1980, é necessário problematizar se os sujeitos denominados como "homossexuais" nesses registros históricos não pertenciam a outras identidades transgressoras da cisheteronorma.

Nessa perspectiva, entende-se que a classificação "homossexuais", utilizada pelos jornais, foi empregada com relação a ou-

tros sujeitos desviantes da cisheteronorma para além do sujeito *gay*. Sabendo disso, é possível que, em meio a esses grupos denunciados pela imprensa como "pederastas", não estivessem somente os *gays*, como atualmente os concebemos, mas também *sujeitas*[67] – como prefere se referir Dediane Souza (2022) – que hoje entendemos como travestis e como mulheres transgênero, uma vez que elas poderiam estar também integradas a esses grupos apontados pela imprensa como causadores de um suposto "caos" e de uma suposta "desordem" nos espaços públicos da cidade por causa de seus corpos sexualmente transgressores.

Nesse prisma, observa-se que um desses espaços públicos de Maceió frequentados e compartilhados por pessoas homossexuais, travestis e por mulheres que viviam da prostituição, ou que a ela foram associadas, era a Praça do Ideal, no bairro da Levada, onde localizava-se também o Cinema Ideal e que, não por acaso, também serviu de ponto de encontro LGBTQIAPN+ naquele período. Sendo assim, em uma nota escrita por Jorge Oliveira para a coluna "Nos bastidores da polícia", em 14 de agosto de 1970, o *Jornal de Alagoas* afirmava que, quando as mariposas não estavam nas ruas, era sinal de que, segundo eles, "o cocô mudou" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 14 ago. 1970, p. 5), referindo-se ao fato de que eram os sujeitos denominados como "pederastas" que agora se colocavam como frequentadores desses espaços públicos na ausência das prostitutas; no caso específico da nota, da Praça do Ideal.

Ao atribuir a ideia de excremento – ou "cocô", como dizia a nota – às mulheres, aos homossexuais e às travestis que andavam pelas praças e ruas da cidade, o *Jornal de Alagoas* reforçava o ideal higienista de "limpeza" defendido pelas autoridades militares do período, que buscavam eliminar aquilo que con-

67 Com "sujeitas", Dediane Souza (2022) apresenta uma flexão de gênero que expressa uma reivindicação política acerca do reconhecimento da feminilidade das travestis. Assim, aproprio-me do uso do termo neste texto.

sideravam como símbolo de impureza. Ao desumanizar esses sujeitos, colocando-os em uma posição de sujeira e de excremento social que precisava ser erradicada da cidade de Maceió, o discurso de "limpeza" ganhava o apoio da população que, não por acaso, também se expressava através da imprensa, expondo suas indignações acerca da livre circulação desses sujeitos. Assim, a imprensa terminou por se constituir como produtora de discursos que endossaram as práticas de segregação de corpos vistos como "indesejados" (Santos, 2023, p. 17).

Nesse contexto de construção midiática sobre uma suposta "invasão" aos lugares públicos da cidade por parte dos sujeitos sexualmente subversivos, é possível identificar que a região do Centro de Maceió também se caracterizou como um lugar de grande circulação de "mariposas" e "pederastas". Em 9 de setembro de 1970, o *Jornal de Alagoas* publicou a notícia intitulada "'Bichas' invadem Ladeira da Catedral", com a seguinte informação:

> Pessoas residentes na Ladeira da Catedral fizeram um apêlo ao Comandante da Radiopatrulha, cap. Nilton Rocha, no sentido de dar umas voltinhas por aquela localidade. Ninguém pode mais ficar às portas. Santo (*sic*) tantos os bichas que parece mais um zoológico. Ali se constitui num verdadeiro "Garcia", tal a bicharada. Acreditamos que o comandante da RP vai atender o apêlo da população daquela artéria e colocar os carangos em pleno funcionamento (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 9 set. 1970, p. 5).

Com essa notícia, tornou-se nítido que o *Jornal de Alagoas*, na década de 1970, produzia um discurso de desumanização desses sujeitos, chegando ao ponto de comparar a Ladeira da Catedral (Figura 1), conhecida por ser um dos pontos de encontro de homossexuais e travestis naquele período, a um zoológico. Com isso, o jornal se utilizava de um irônico trocadilho entre o termo

pejorativo atribuído a homossexuais afeminados da época – "bicha" – e o sentido literal da palavra "bicha", como feminino de bicho/animal. Isso evidenciava, em forma de denúncia, a suposta "invasão" que estaria acontecendo nos arredores da Catedral Metropolitana de Maceió e em outros lugares da cidade, além de endossar a desumanização praticada contra esses sujeitos.

Nesse contexto, é importante destacar que o termo "bicha", utilizado pelo *Jornal de Alagoas*, foi amplamento disseminado pela imprensa brasileira nas décadas de 1970 e 1980. Conforme aponta Natanael de Freitas Silva, até mesmo os jornais alternativos, autointitulados "libertários", como é o caso de *O Pasquim*, que se identificava como um jornal de esquerda, foram fomentadores desse discurso homofóbico presente na impren-

Figura 1 - Foto da ladeira ao lado da catedral, no Centro Comercial, na década de 1980
Fonte: Acervo Misa.

sa, atacando, provocando e, até mesmo, ridicularizando pessoas consideradas sexualmente desviantes em diversos momentos, além de disseminarem termos pejorativos contra homossexuais, como foi o caso do termo "bicha" (Silva, 2023, p. 354-355). Assim sendo, se até os jornais independentes, vistos como libertários, não estavam livres dos discursos desumanizantes contra as pessoas LGBTQIAPN+, não seria o *Jornal de Alagoas* uma exceção.

Nota-se que não demorou muito para que a própria Catedral Metropolitana (Figura 2) passasse a ser referenciada, ainda naquele mesmo mês, pelo *Jornal de Alagoas*, como um espaço "invadido" por esses grupos em suas formas de sociabilidades públicas. Em uma notícia denominada "Pederastas invadem igreja da Catedral", publicada no dia 12 de setembro de 1970, o mesmo jornal denunciava certa "enxurrada de homossexuais" que estaria ocupando o templo católico e circulando por ali, afirmando ainda que a presença desses sujeitos, naquele local em específico, chegava a ser uma "ofensa aos católicos que comparecem ao templo para rogar aos santos" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 12 set. 1970, p. 5).

Desse modo, ainda que, segundo MacRae (2018, p. 122), após o que ele chama de "declínio da influência da religião cristã", as experiências sexuais tenham deixado de estar vinculadas estritamente ao conceito de pecado e passado a se revestir de novas roupagens a partir dos discursos médicos, é nítido que tal pensamento religioso permanecia exercendo certo controle sobre esses corpos dissidentes, ainda nos anos de 1970. Desse modo, a presença dos chamados "pederastas" sobre o solo sagrado foi vista, pelo *Jornal de Alagoas*, como uma ofensa aos religiosos e, consequentemente, ao âmbito divino por causa da profanação do espaço dito sagrado. Assim, conforme Quinalha (2021), os sujeitos considerados sexualmente desviantes, como eram os homossexuais e as travestis, vieram a se tornar um dos grupos sociais mais perseguidos pela ditadura civil-militar justamente pelo fato de o regime afirmar defender os ditos "valores cristãos".

Figura 2 - Foto da Catedral Metropolitana de Maceió, com a ladeira à sua direita, em 1970
Fonte: Acervo Misa.

Com isso, a imprensa parecia contribuir para a propagação – assim como para a consolidação – da imagem do "pederasta" como um ser animalesco, que nada se assemelhava à dita natureza moral e ética idealizada do homem cisheterossexual. Nessa produção discursiva, o "pederasta" era, portanto, um símbolo da devassidão e da sujeira que infestava os espaços públicos e que não possuía o mínimo de respeito ao que era considerado sagrado. Era uma figura desviante, profana e sexualmente subversiva, construída pelas/nas páginas do *Jornal de Alagoas*. Essa figura arquetípica era estabelecida discursivamente pela imprensa alagoana com o intuito de legitimar as operações de limpeza contra travestis e homossexuais nos espaços públicos da cidade e criar uma Maceió – senão casta – certamente castrada, na qual a liberdade sexual dos corpos dissidentes seria arrancada e "cortada" do meio social.

Sabendo disso, não custa lembrar que, como já mencionado anteriormente, é possível que nesses grupos denominados pela imprensa alagoana como "pederastas", juntamente aos sujeitos homossexuais, estivessem também travestis e pessoas transgênero. Assim sendo, é importante destacar que, naquele período, a imprensa brasileira replicava o discurso de que a travesti seria, na verdade, um "homem que quer ser mulher" (Silva, 2023, p. 356), uma "boneca", um homossexual afeminado que se apropriava de elementos lidos como femininos. Essa ideia apresentava uma dicotomia presente no próprio universo *gay* do Brasil, que separava o "homem de verdade" – homossexual cis másculo – e a "boneca" – "bicha" afeminada, que se travestia com elementos ligados à feminilidade – em dois polos distintos que reproduziam as hierarquias de gênero cisheteronormativas (Veras, 2017, p. 46).

Elias Veras (2017) aponta que, antes da virada dos anos de 1970 para 1980, o termo travesti aparece na imprensa ligado a uma performatividade eventual. Nesse período, que Veras (2017, p. 41) denomina como "tempo das perucas", não estava configurado ainda no discurso público-midiático o que chamamos de "sujeito travesti", pelo menos não como uma identidade como hoje conhecemos. O termo era empregado na imprensa para se referir a uma expressão performática ocasional, realizada por sujeitos lidos socialmente como homossexuais e bonecas e que adotavam uma performance feminina. Nos anos de 1970 e início dos anos de 1980, novos conceitos passaram a envolver o universo da travestilidade e as *sujeitas* que peformavam uma nova feminilidade reivindicavam também uma nova "identidade sexual" (Veras, 2017, p. 57).

Sob esse viés, é possível que as travestis da Maceió dos anos de 1970 também tenham sido incluídas nesses grupos de "pederastas" mencionados pelos jornais, como frequentadoras das praças e ruas da cidade, visto que elas eram lidas pela imprensa

da época – assim como pela ditadura civil-militar e pela sociedade no geral – como homossexuais afeminados que se vestiam com roupas atribuídas ao gênero feminino. Na notícia "'Travestis' vistos (*sic*) roubando no Farol", publicada em 9 de maio de 1970, o *Jornal de Alagoas* define a travesti como um homem "usando roupas e objetos de mulheres" e que se fazia passar "por elementos do sexo frágil", como se lê abaixo:

> Bandidos usando roupas e objetos de mulheres estariam assaltando casas e pessoas no bairro do Farol. A polícia já está a procura da quadrilha de "travestis" que altas horas da noite se fazem passar por elementos do sexo frágil para enganar os incautos. [...] Os policiais estão fazendo uma batida pelos principais bairros da cidade a fim de localizar os bandidos "travestis" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 9 maio 1970, p. 6).

Não obstante, o *Jornal de Alagoas* também se referia a essas mesmas travestis, em outra notícia, como sujeitos que "usavam vestes de mulher para enganar os policiais altas horas da noite" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 16 maio 1970, p. 6), com suas roupas atribuídas ao gênero feminino, seus batons e seu *rouge*. Diante disso, as notícias que atrelavam as travestis aos assaltos e aos planos de engano contra policiais evidenciam uma constante tentativa do jornal em vincular a imagem da travesti à criminalidade, principalmente a casos de roubos e arrombamentos, fazendo da imprensa um dispositivo do estigma travesti (Veras, 2017). O mesmo acontecia com mulheres cisgênero que praticavam a prostituição e que eram associadas aos chamados "ladrões" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 18 jun. 1970, p. 6) e com sujeitos *gays*, que, supostamente, integrariam uma "quadrilha dos pederastas" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 25 jun. 1970, p. 6). Por causa da ausência de leis que criminalizassem as sexualidades

dissidentes, alguns crimes – como roubos e assaltos, vadiagem e violação aos bons costumes – foram utilizados como forma de controlar e encarcerar esses corpos (Quinalha, 2021).

Contudo, segundo o mencionado jornal, além de circularem pelo Farol, as travestis também atuavam em bairros como o Vergel do Lago (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 16 maio 1970, p. 6), onde, não por acaso, havia uma grande circulação de mulheres cis associadas à prostituição e de sujeitos homossexuais pelos espaços públicos durante a madrugada. Assim sendo, é possível que esses grupos sexualmente subversivos, na realidade, não estivessem tão distantes em suas vivências sexuais e que as *sujeitas* travestis daquele período circulassem tanto no meio dos chamados "pederastas" quanto no meio das "mariposas". Nesse contexto, não seria estranho pensar que a maioria desses sujeitos, considerados sexualmente subversivos pela ditadura, em um cenário de desumanização e opressão contra seus corpos, tenham se encontrado nesses espaços e tenham tido seus caminhos cruzados.

Com isso, percebe-se que as notícias que vinculavam "pederastas" e "mariposas" aos roubos e assaltos acabaram por serem produzidas com o objetivo principal de encontrar uma justificativa para a opressão, perseguição e prisão dos corpos dissidentes, principalmente no tocante às operações de limpeza instauradas pela ditadura civil-militar nos espaços públicos de Maceió. Desse modo, a imprensa logo se tornou uma espécie de aliada por meio da qual a ditadura buscou legitimar a desumanização de travestis e homossexuais como forma de estabelecer o controle sobre eles.

As vidas noturnas de uma Maceió prostituta

Com as chamadas "mariposas", isso não era tão diferente. Conforme aponta Renan Quinalha (2021), o que acontecia com as sexualidades vistas como desviantes pela ditadura, no quesito

legal, acontecia também às mulheres cis que eram denominadas como "prostitutas". A não obediência aos horários determinados para a circulação nas ruas, a persistência em não esconder seus corpos nos lugares públicos e a transgressão dos valores de feminilidade casta e recatada da época colocavam essas mulheres como sexualmente perigosas e nocivas à ordem social. Segundo aponta Crislanne Santos (2023, p. 32), as mulheres, durante o regime civil-militar, eram exaustivamente educadas – e, de certa forma, "treinadas" – para exercerem um papel materno e conjugal do qual se exigia atributos como a maternidade, o cuidado da família e os afazeres domésticos. Contudo, as mulheres que viviam da prostituição subvertiam completamente todo esse imaginário de feminilidade ideal.

Diante disso, a imprensa alagoana, em uma notícia intitulada "Mundanas estão soltas atormentando famílias", publicada em 11 de junho de 1970 pelo *Jornal de Alagoas*, passou a evidenciar e reiterar o distanciamento entre a figura das "mariposas"/"mundanas" e a imagem das "senhoritas e senhoras" que, não por acaso, evitavam sair de suas casas a essas horas para não serem confundidas com as mulheres tidas como sexualmente subversivas.

> MUNDANAS ESTÃO SOLTAS ATORMENTANDO FAMÍLIAS
>
> E as mariposas continuam soltas pelos diversos bairros da cidade. Não é preciso prendê-las, porque elas precisam andar, é certo. Mas o que incomoda os habitantes da cidade é que elas andam nas horas não permitidas, atormentando as famílias, o que requer uma ação da polícia nesse sentido.
>
> PONTA DA TERRA
>
> Nos chegam informações de que em Ponta da Terra, ou mais precisamente na Rua Firmina Vasconcelos, as mun-

> danas depois das dez da noite ficam tranquilas, passeando a vontade e de braços dados com os marmanjos sem que ninguém tome providências.
>
> Palavras de baixo galão (*sic*), gestos obcenos além de outros fatos, fazem com que a população fique revoltada, pois ninguém pode sair às ruas, principalmente as senhoritas e senhoras (para não serem confundidas com as mundanas, como tem acontecido (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 11 jun. 1970, p. 6).

Nesse cenário, é notório que restava a essas outras mulheres, sob o título de "prostitutas", apenas a imagem midiaticamente construída de simples proferidoras de "palavras de baixo calão", conhecidas por causa de seus constantes "gestos obscenos" em oposição à imagem de pudor e de suposta virtude das chamadas "senhoritas". A diferenciação estabelecida entre as mulheres que eram associadas à prostituição – e que, muitas vezes, não a praticavam – e as chamadas "mulheres respeitáveis" foi amplamente utilizada para que as autoridades da ditadura conseguissem manter o controle da cidade, dos corpos e do gênero (Santos, 2023, p. 39). Não por acaso, esse discurso acabou sendo reproduzido pela imprensa alagoana, uma vez que esta possuía papel crucial como propagadora da estigmatização dos corpos dissidentes e como grande colaboradora da construção da segregação desses sujeitos.

Com o objetivo de estabelecer uma manutenção do controle dos corpos dessas mulheres, as autoridades da Secretaria de Segurança determinaram que as boates e os estabelecimentos frequentados pelas "mariposas" deveriam se restringir unicamente ao espaço do bairro do Tabuleiro do Martins, impedindo-as de circular nos demais bairros, posto que isso seria visto como um desacato às autoridades. Contudo, mesmo diante de tal determinação, bairros como Ponta Grossa, Vergel do Lago,

Levada e Prado – conhecidos por fazerem parte da chamada "cidade baixa" – ainda continuavam sendo constantemente mencionados pelo *Jornal de Alagoas* (Maceió, 12 jun. 1970, p. 6) como lugares pelos quais as chamadas "mariposas" passeavam livremente. Alguns desses espaços eram eventualmente frequentados também pelos "pederastas" e abrangiam tanto lugares privados, como era o caso de bares e boates clandestinas, quanto lugares públicos, como era o caso das ruas e praças.

Tornou-se visível que existia, no discurso da imprensa alagoana, uma demarcação de lugares que passaram a ser vistos como símbolo de imoralidade em decorrência da presença desses sujeitos vistos como desviantes. Um grande exemplo disso foi o bairro da Ponta Grossa, que acabou sendo conhecido como o lugar "onde a depravação predomina" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 4 ago. 1970, p. 5), assim como sua rua Doutor Baltazar de Mendonça, que passou a ser mencionada como a "rua mais assediada pelas mundanas" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 27 fev. 1970, p. 2). Tal realidade se assemelhava ao que aponta Crislanne Santos (2023, p. 18), como um processo marcado pela segregação de sujeitos sexualmente subversivos, imposta através da regionalização, da ordenação dos espaços, da separação dos corpos dissidentes e do controle dos sujeitos tidos como indesejáveis, juntamente à estigmatização desses corpos e de seus espaços.

Por outro lado, ainda que os bairros da "cidade baixa" tenham sido os locais mais significativamente ocupados e frequentados pelos sujeitos vistos como sexualmente desviantes de Maceió, no início dos anos de 1970, é fato que eles não eram os únicos. Ainda na notícia intitulada "Mundanas estão soltas atormentando famílias" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 11 jun. 1970, p. 6), já mencionada, o *Jornal de Alagoas* afirmava que as mulheres que praticavam a prostituição estavam presentes em "diversos bairros da cidade", o que acabava por causar incômodo aos morado-

res desses locais que, vendo-as andar pelas ruas durante as chamadas "horas não permitidas", mostravam-se enfurecidos com a circulação de corpos como os dessas mulheres. Nesse caso, o jornal menciona o bairro da Ponta da Terra, em especial a rua Firmino Vasconcelos, como um desses lugares, no qual, após as 22 horas, as "mariposas" apareciam e andavam livremente, acompanhadas por seus parceiros.

Com as rondas policiais e as operações de limpeza nos bairros citados, principalmente no de Ponta Grossa, não é de se admirar que outros lugares também tenham passado a ser frequentados pelas chamadas "mariposas" após o deslocamento dessas mulheres. Se, antes, o *Jornal de Alagoas* (Maceió, 11 jun. 1970, p. 6) afirmava que não era "preciso prendê-las", rapidamente seu discurso mudou com o começo das operações de limpeza, dizendo que os policiais estariam declarando "guerra à prostituição" com o objetivo de fazer com que as famílias pudessem "permanecer tranquilas" (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 4 ago. 1970, p. 5).

Com esse processo de deslocamento, outras ruas e praças da cidade começaram a ser denominadas como "pontos centrais para reunião das meretrizes" pelo *Jornal de Alagoas*, sendo este o caso da Estação Ferroviária, próxima à antiga sede do Arcebispado, no Centro; da Praça Centenário; da rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque; da rua do Comércio; da Praça Deodoro; da Praça dos Palmares e da avenida Duque de Caxias (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 31 jul. 1970, p. 5). O centro da cidade passou a ser reconhecido a partir da frequente circulação de corpos sexualmente dissidentes. Se a ladeira da catedral era constantemente ocupada por uma "enxurrada de homossexuais", observa-se que outros lugares do centro da cidade, como a Praça Deodoro (Figura 3), eram também ocupados por uma "enxurrada" de prostitutas.

Figura 3 - Foto da Praça Deodoro, no ano de 1970
Fonte: Acervo Misa.

De modo semelhante, é possível identificar as praias como outro espaço de circulação de corpos sexualmente subversivos em Maceió durante a ditadura civil-militar. Em sua análise do roteiro publicado pelo *Lampião da Esquina* e assinado pela União dos Viados de Alagoas (UVA) sobre os principais lugares de encontro da comunidade *gay* em Maceió, Elias Veras (2021)

menciona as praias da capital alagoana também como espaços de sociabilidade LGBTQIAPN+. Consonante a isso, nota-se que algumas praias, como a dos Sete Coqueiros, a da Avenida (Figura 4) e as da Ponta da Terra e Pajuçara, também foram mencionadas pela imprensa alagoana como espaços de encontro das chamadas "mariposas" e de seus parceiros durante altas horas das noites (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 1º jul. 1970, p. 6).

Sabendo disso, é interessante observar a notícia intitulada "Casais que perturbam nas praias na mira da polícia", veiculada no dia 5 de janeiro de 1971, no *Jornal de Alagoas*. Nela, informava-se aos leitores acerca das batidas policiais que seriam feitas nas principais praias da cidade, com o objetivo de prender os casais que, durante a noite, se encontravam nesses espaços:

Figura 4 - Foto da Praia da Avenida, na década de 1970
Fonte: Acervo Misa.

> CASAIS QUE PERTURBAM NAS PRAIAS NA MIRA DA POLÍCIA
>
> O Núcleo de Rádio Patrulha, através de seu titular, Tenente Nilton Rocha, informa que a partir de hoje fará diversas batidas nas principais praias da cidade, a fim de efetuar a prisão de diversos casais que ali comparecem altas horas da noite, muitas vezes perturbando a paz das famílias residentes nas localidades sempre visitadas pelos citados casais [...] (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 5 jan. 1971, p. 2).

O fato de esses "casais" se encontrarem nas praias da cidade para trocarem afetos, ou até possivelmente exercerem algum tipo de prática sexual, causava revolta na população e nas autoridades. Sob esse viés, sabendo que as praias eram comumente utilizadas para encontros de pessoas de gênero e sexualidade dissidentes e eram também pontos de prostituição das chamadas "mariposas", é possível que os casais mencionados pelo *Jornal de Alagoas* estivessem, portanto, ligados a esses grupos considerados sexualmente subversivos e desviantes e, por esse motivo, estivessem sendo ameaçados de prisão pela Rádio Patrulha.

Naquele período, as vivências, experiências e os espaços de pessoas transgressoras às normas sexuais e de gênero, na capital alagoana, não estavam tão distantes quanto se imagina, embora a historiografia alagoana tenha se calado perante isso por muito tempo.

Ainda que trabalhos que analisem os espaços de sociabilidade e de circulação de sujeitos LGBTQIAPN+ e prostitutas, em Maceió, tenham sido publicados nos últimos anos, como é o caso das produções de Elias Veras (2021) e Crislanne dos Santos (2023), é inegável que ainda hoje se mantém um silenciamento acerca das interações sociais entre esses dois diferentes grupos por parte dos/as historiadores/as. Nota-se, ainda, a existência

de um vasto e profundo abismo entre as experiências de repressão sexual e de sociabilidade dessas duas categorias promovidas pela historiografia alagoana, que por muito tempo dificultou o diálogo de pesquisa entre esses dois grupos de sujeitos.

Ao analisar a realidade da prostituição em São Paulo no fim da década de 1970 e início da década de 1980, Rafael Ocanha (2014) não se deteve somente sobre a prostituição de mulheres cisgênero, mas observou também as experiências de prostituição de travestis e de homossexuais dentro desse cenário. Sendo assim, o autor afirma que as ondas de violência policial recaíram tanto sobre os sujeitos que viviam do *trottoir* – termo francês que significa "calçada", mas que também se refere à prática de se prostituir em espaços públicos como forma de tornar os chamados "programas" mais acessíveis (Ocanha, 2014, p. 27) –, quanto sobre outras pessoas socialmente vulneráveis, mostrando que essas múltiplas experiências estavam intimamente ligadas.

Tendo isso em mente, mas estreitando o olhar para a cidade de Maceió, resta-nos a seguinte pergunta: sabendo que, em diversos momentos, esses grupos de sujeitos dissidentes cruzaram seus caminhos em seus espaços de sociabilidade e em suas experiências sexuais consideradas subversivas aos opressivos olhos do regime civil-militar, quais teriam sido, portanto, os fatores sociais que possibilitaram essas interações e esse processo de compartilhamento de espaços públicos para fins de sociabilidade entre pessoas LGBTQIAPN+ e mulheres que viviam da prostituição?

Alianças de uma "gente desclassificada" e sexualmente vulnerável

Para responder a pergunta lançada no parágrafo anterior, é necessário que se retorne aos jornais. No dia 5 de janeiro de 1971, quatro dias após o *Jornal de Alagoas* publicar uma nota que contabilizava um total de 29 prisões de homossexuais em Maceió

durante o ano de 1970 (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 1º jan. 1971, p. 5), foi publicada uma notícia intitulada "Terreno baldio é reduto de gente desclassificada". A notícia informava que, atrás do antigo Instituto Médico Legal Doutor Estácio de Lima (IML), próximo à Praça da Faculdade, hoje localizado no atual bairro do Prado, havia um local, classificado pelo jornal como um terreno baldio. Todavia, esse local acabou por se tornar conhecido por ser um espaço compartilhado por pessoas de gênero e sexualidade dissidentes e por prostitutas, assim como também costumava ser frequentado por outros sujeitos denominados como "desordeiros". Sua existência, segundo a imprensa alagoana, só poderia ser caracterizada como "um atentado aos bons costumes" por ser frequentado por esses "marginais", como consta no seguinte trecho:

> TERRENO BALDIO É REDUTO DE GENTE DESCLASSIFICADA
>
> Por trás do Instituto Estácio de Lima, em um terreno baldio, o "negócio" está degenerando. Tornando-se reduto de marginais, prostitutas, desordeiros e homossexuais, o referido lugar é um atentado aos bons costumes. A verdade é que ninguém pode passar pelo local, sob pena de sofrer alguma "coisa". Já imaginaram tanta gente desclassificada junta? É aconselhavel que ninguém de bom senso passe por lá [...] (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 5 jan. 1971, p. 5).

"Já imaginaram tanta gente desclassificada junta?", essa era a pergunta que o *Jornal de Alagoas* lançava aos seus leitores. Ora, tal provocação faz qualquer historiador se questionar sobre o que seria, de fato, uma "gente desclassificada" para a imprensa daquele período e quais os discursos que estariam atravessando esses sujeitos e tornando-os figuras "desclassificadas" aos olhos da classe dominante. Assim, surge a seguinte pergunta: por que

as experiências de corpos dissidentes desqualificavam esses sujeitos e os invalidavam enquanto humanos? Além disso, quais teriam sido os fatores que fizeram com que esses grupos, vistos pelas autoridades como sujeitos desqualificados, compartilhassem esses espaços públicos?

Diante desses questionamentos, uma coisa é certa: tal realidade estava atrelada às situações de precariedade impostas pela própria ditadura civil-militar sobre os corpos desviantes, com o objetivo de controlá-los e, por fim, exterminá-los em prol da cisnormatividade dominante. Sob esse prisma, em diálogo com Judith Butler (2018), a partir de seu conceito de precariedade, nota-se que essas vidas precárias estavam sendo induzidas politicamente a essas situações de vulnerabilidade ao serem relegadas à posição de corpos lidos socialmente como inválidos e descartáveis. Eram corpos que não beiravam o humano e, assim, eram expostos ainda mais à morte e à violência.

Dessa forma, observa-se que as diferentes situações de precariedade impostas sobre os corpos socialmente vulneráveis estão diretamente vinculadas à formação de alianças sociais entre esses próprios grupos. Ainda segundo Butler (2018), essas alianças acabam por serem desenvolvidas a partir da união de corpos dissidentes em prol do compartilhamento da luta pela sobrevivência e pela resistência à precariedade, evidenciando suas existências e a rejeição à realidade precária a partir do exercício daquilo que ela chama de "direito de aparecer". Embora a autora associe, de forma categórica, o direito de aparecer às manifestações sociais nas ruas, é plausível afirmar que os corpos dissidentes, em suma, já são considerados transgressores da normatividade simplesmente por existirem, o que os torna automaticamente reivindicadores desse direito.

Sob essa óptica, o ato de homossexuais, travestis e mulheres que praticavam a prostituição ocuparem praças e ruas para exercerem suas formas de sociabilidade publicamente, em meio

à repressão e à perseguição instaurada pela ditadura civil-militar em Maceió, já pode ser interpretado como um exercício do "direito de aparecer", através da reivindicação pública do poder viver e de tornar seus corpos visíveis. O exercício do direito de aparecer logo evidenciou a precariedade social desses sujeitos durante o regime. Dessa maneira, percebe-se que os sujeitos que não vivem o seu gênero e sexualdiade segundo a cisheteronorma acabam por serem inseridos em um cenário de exposição a violências e assédios muito maior do que aqueles que vivem segundo as regras da cisheteronormatividade (Butler, 2018, p. 35).

É perceptível que tanto os grupos denominados como "pederastas" quanto as chamadas "mariposas" foram marcados, ainda que em suas diferentes realidades, por uma série de medidas que acentuou as situações de precariedade induzidas pela ditadura civil-militar. Essa realidade fez com que esses sujeitos encontrassem, nesses espaços públicos compartilhados, a possibilidade de firmarem possíveis acordos, ou até mesmo alianças, de coexistência como forma de sobreviverem às repressões instauradas pelo regime. Por serem corpos que, segundo Crislanne Santos (2023, p. 20), eram vistos como "corpos a serem expurgados em nome do 'progresso da cidade'", podem ter encontrado, nesse processo de compartilhamento de espaços de sociabilidade, maneiras de se protegerem das operações de limpeza. Assim sendo, esse compartilhamento pode sugerir a existência de uma aliança silenciosa, estabelecida como tentativa de fortalecimento em conjunto desses sujeitos diante da opressão sexual comum a ambos os grupos.

Ademais, é possível que essas "alianças silenciosas" não tenham sido estabelecidas de maneira meticulosamente organizada, como acontecia dentro do âmbito político-partidário e associativo, mas sim através de um processo gradual, resultado de uma tentativa de manter suas sociabilidades e seus encontros mesmo diante da repressão sexual. Essas alianças teriam sido

expressas a partir do compartilhamento das praças públicas e, diferente das alianças políticas formadas pelos movimentos sociais, teriam feito com que sujeitos que hoje denominamos como LGBTQIAPN+ se articulassem em Maceió não através de protestos e de manifestações públicas, mas de suas formas de sociabilidade ao ar livre.

Conforme Elias Veras (2021), a União dos Viados de Alagoas (UVA) foi uma entidade que atuou na garantia de uma visibilidade restrita a esses sujeitos, ainda que não se organizasse como um grupo ativista clássico. Essa visibilidade restrita, garantida pela UVA, apenas abarcava sujeitos LGBTQIAPN+ que frequentavam os bares, restaurantes, boates e cinemas da cidade (Veras, 2021, p. 182). Ainda que Ana Maria Pereira (2008, p. 55) aponte que os espaços privados de sociabilidades homoafetivas em Maceió, como bares e boates, tenham sido estrategicamente pensados para demarcar a manifestação das sexualidades dissidentes da normatividade e produzir o que ela chama de "guetização dos corpos", é fato que as pessoas que costumavam frequentar esses espaços privados, por mais desviantes que fossem aos olhos da cisheteronorma, eram majoritariamente sujeitos de classe média que possuíam maior poder de consumo, somado a um *status* social que lhes permitia usufruir desses espaços reservados ao prazer restrito a partir de seus privilégios (Pereira, 2008, p. 59).

Nesses espaços privados, acordos foram feitos entre os responsáveis pelos bares da cidade e os sujeitos transgressores que costumavam frequentar esses lugares fechados, os quais podem ter sido quebrados após uma matéria do *Gazeta de Alagoas* de 1980 que expunha essa sociabilidade (Veras, 2021). Tendo isso em mente, percebe-se que, enquanto as pessoas dissidentes que faziam parte da classe média frequentavam os espaços privados da cidade e viviam uma sociabilidade mais discreta e silenciosa, aqueles que viviam nos bairros mais periféricos e não usufruíam

dos privilégios da classe média circulavam pelas praças e ruas e se expunham ainda mais à violência policial ao frequentarem os locais de encontro públicos ao lado das mulheres que viviam da prostituição. Estes exerciam suas sexualidades e suas performances de gênero publicamente e não partilhavam dessa visibilidade restrita aos mais privilegiados socioeconomicamente.

Posto isso, torna-se bastante evidente que a impossibilidade de esses sujeitos acessarem os espaços privados de sociabilidade discreta destacava a diferença de classes entre as pessoas que hoje entendemos como LGBTQIAPN+ e a maneira como, até mesmo entre as experiências sexuais e de gênero vulnerabilizadas, a precariedade estava distribuída de forma desigual. Alguns corpos podiam viver e desfrutar de uma sociabilidade silenciosa enquanto outros eram obrigados a exercitarem uma sociabilidade a céu aberto e se viam mais atingidos pelas situações precárias que atravessavam suas existências. Assim, sem a possibilidade de viverem a sociabilidade discreta dos estabelecimentos privados, é possível que esses outros grupos mais atingidos pela precariedade tenham encontrado nas praças públicas uma outra alternativa para essa dinâmica de sociabilidade, o que acabou resultando no compartilhamento desses espaços públicos com as prostitutas, que também circulavam por esses mesmos lugares.

Para isso, é necessário entender que a realidade dos sujeitos sexualmente dissidentes em Alagoas apresentava diferenças daquela vivida em outros estados no mesmo período. Diferentemente de grupos como o Somos/SP, criado em 1978, e o Grupo Gay da Bahia (GGB), criado em 1980, o Grupo Gay de Alagoas (GGAL) surgiu muito tempo após o fim da ditadura, em 1996, como resposta ao assassinato brutal do vereador Renildo José dos Santos, do município de Coqueiro Seco, em 1993. Aquele político havia assumido sua homossexualidade/bissexualidade em uma rádio antes de ser torturado e morto. Desse modo, ain-

da sem vestígio de articulação organizada em Maceió durante os "anos de chumbo", é preciso encarar a sociabilidade pública desses sujeitos como um ato de resistência dos corpos sexualmente subversivos contra a ditadura civil-militar.

Assim, no cenário das Alagoas das décadas de 1970 e 1980, os espaços de sociabilidade foram tão importantes para aqueles sujeitos quanto as manifestações dos grupos ativistas foram para os sujeitos sexualmente dissidentes de outros estados. Isso implica dizer que negar a importância desses espaços para as pessoas de sexualidade e gênero consideradas desviantes em Maceió como ato de resistência é negar a pluralidade de processos históricos que configuram as diferentes construções identitárias no Brasil, em especial no Nordeste.

Considerações finais

Este capítulo apresenta possibilidades de interpretação para as sociabilidades de sujeitos sexualmente desviantes, na Maceió dos anos de 1970, com o objetivo de explicitar a necessidade de trabalhos que confrontem os abismos historiográficos – por tanto tempo estabelecidos e perpetuados – a respeito dos grupos vistos como subversivos, em decorrência de suas experiências sexuais e de gênero durante o regime civil-militar. Esses sujeitos, que historicamente tiveram seus corpos oprimidos, violentados, censurados e marcados pelas mais diversas violações dos chamados "anos de chumbo" da história brasileira, precisam – mais do que nunca – ser lidos como sujeitos históricos.

Ainda que o fenômeno dos "silêncios de Clio" (Veras; Pedro, 2014) insista em pairar sobre a historiografia alagoana, é fato a necessidade de enxergar a sociabilidade pública desses corpos, na capital, como um importante ato de resistência contra a opressão do regime. Se, por muito tempo, os historiadores encararam os protestos, as manifestações públicas e a luta armada

como únicas expressões válidas de resistência contra a ditadura, urge que a historiografia alagoana faça com que os sujeitos enterrados às margens da História sejam retirados dessa posição límbica e devolvidos aos seus devidos lugares enquanto sujeitos históricos. Logo, é preciso que a historiografia enxergue a história da ditadura em Alagoas também como uma história de censura sexual e de controle de corpos dissidentes.

Dessa forma, a negação – ou até mesmo a minimização – da importância dos espaços de encontros para sujeitos que hoje entendemos como LGBTQIAPN+ como verdadeiros atos de resistência na cidade de Maceió implica diretamente em uma negação da pluralidade de processos históricos que possibilitaram as diferentes construções identitárias dissidentes no país. Observa-se que esse movimento de compreender as atuações desses sujeitos, integrantes de camadas mais populares e estigmatizadas da sociedade, possibilita também uma leitura da ditadura civil-militar capaz de ampliar as análises acerca das formas de repressão e censura em Maceió.

Além disso, falar sobre essas pessoas e sobre os lugares ocupados por elas é entender que suas existências não se limitam somente ao passado, mas se estendem até o presente. No caso das "mariposas", o *trottoir* na Praia da Avenida, as boates no Jaraguá e os pontos de programa no Centro da cidade, nos dias atuais, ainda ecoam as antigas vozes dissidentes, outrora silenciadas. Esses vestígios mostram que as múltiplas formas de opressão promovidas pela ditadura não foram capazes de extinguir efetivamente essas experiências transgressoras, muito menos a existência desses sujeitos. Assim, confrontados com os rastros indeléveis desse passado vivo, somos capazes de enxergar, na atualidade, as marcas de um violento processo histórico de apagamento, mas que, ao mesmo tempo, evidenciam a resistência dos corpos dissidentes em Maceió, que atravessam o passado e encontram o presente.

A lacuna persistente na historiografia alagoana em relação aos sujeitos LGBTQIAPN+ e às mulheres cisgênero consideradas subversivas ressalta a necessidade premente de novas abordagens historiográficas sobre a ditadura civil-militar em Maceió e em outras localidades do estado de Alagoas. Tais estudos devem se dedicar a evidenciar e analisar criticamente os discursos desumanizantes e estigmatizantes que permearam a narrativa desses sujeitos, assim como destacar também suas resistências diante do regime autoritário. Em suma, esta nova abordagem busca não apenas preencher uma lacuna na narrativa histórica de Maceió, mas também promover uma compreensão mais abrangente dos eventos e das experiências vivenciadas durante esse período tão atroz da história brasileira.

Isaac Freitas da Silva Filho é graduando em História pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal), foi bolsista de Iniciação Científica (IC), entre agosto de 2022 e agosto de 2023, no projeto de pesquisa "LGBTQIA+ na imprensa de Alagoas (1970-1990)"/Edital Fapeal n. 003/2022 – Auxílio à Pesquisa – Ciências Humanas, desenvolvido pelo GEPHGS/Ufal e coordenado pelo professor Doutor Elias Ferreira Veras. Assim, este capítulo apresenta-se como resultado das investigações realizadas pelo bolsista durante o projeto. Expresso aqui meu sincero agradecimento à Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos (BPEGR) pela oportunidade de consulta à sua hemeroteca, assim como ao Museu da Imagem e do Som de Alagoas (Misa) pelo acesso ao seu acervo fotográfico.

Referências

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade*: política e identidade homossexual no Brasil da "abertura". Salvador: EDUFBA, 2018.

OCANHA, Rafael Freitas. *"Amor, feijão, abaixo camburão"*: imprensa, violência e *trottoir* em São Paulo (1979-1983). 2014. 217f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

PEREIRA, Ana Maria. *Lesbianidade*: um assunto muito familiar! 2008. 167f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes*: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SANTOS, Crislanne Maria dos. *"As mariposas pousam ao entardecer"*: prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, AL (1970-1980). 2023. 122f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SILVA, Natanael de Freitas. A visibilidade dos homossexuais no Brasil da abertura: contraconduta. In: VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023. p. 339-368.

SOUZA, Dediane. *"Dando o nome"*: eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do jornal *O Povo*. 2022. 140f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023.

VERAS, Elias Ferreira. “Gay é liberdade”: homossexualidades em Maceió (AL) na abertura. In: RODRIGUES, Rita Colaço; VERAS, Elias; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Clio sai do armário*: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 171-184.

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*: carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, set./dez. 2014.

VIEIRA, Helena. “Jango Jezebel”, fazendo histórias: onde estavam as travestis na ditadura civil-militar no Brasil. In: VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023. p. 164-186.

WOLFF, Cristina Schiebe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (orgs.). *Mulheres de luta*. Curitiba: Appris, 2019.